

Mesmo foragido na Alemanha, Marcelo Bauer (foto) pode responder pelo homicídio da estudante Thaís Mendonça. MP quer o julgamento à revelia para que o crime, que prescreve em dois anos, não fique impune.

PÁGINA 30

BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2007

Editora: Samanta Sallum//

samanta.sallum@correioweb.com.br

Subeditores: Ana Paixão, Carlos Tavares,

Roberto Fonseca, Nelson Torreão e Valéria de Velasco

Coordenadora: Taís Braga//

tais.braga@correioweb.com.br

E-mail: cidades@correioweb.com.br

Tels. 3214-1180 • 3214-1181

Fax: 3214-1185

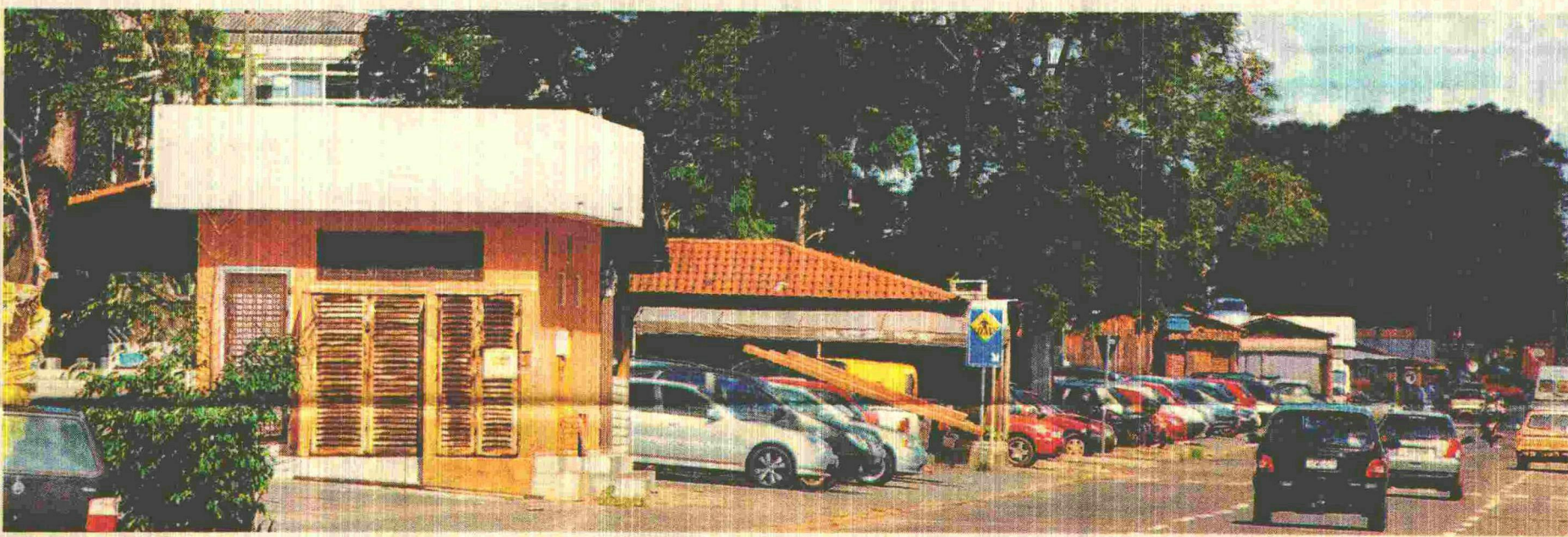
Lindauro Gomes/CB/Reprodução - 7/9/00

DF - BRASÍLIA

FORA DA LEI

(mas a fim de trabalhar)

SEM AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR, QUIOSQUES DO DF TENTAM SEGUIR REGRAS DAS ADMINISTRAÇÕES PARA NÃO FECHAR AS PORTAS



NO SIA, 160 QUIOSQUES QUE FUNCIONAM COMO RESTAURANTE E LANCHONETE FORAM CADASTRADOS, EM JULHO: COMIDA PARA CERCA DE 80 MIL TRABALHADORES DO SETOR

ELISA TECLER

DA EQUIPE DO CORREIO

Todos os quiosques e carocinhas em funcionamento nas ruas do Distrito Federal estão em situação irregular. Mesmo sem autorização para ocupar área pública as bancas ocupam gramados e calçadas e disputam espaço com os pedestres. Sem gastos como aluguel e outros, oferecem lanches e serviços a preços baixos e provocam concorrência desleal ao comércio formal. Não existe um levantamento sobre o número total de quiosques, mas a estimativa é de que haja cerca de 15 mil bancas, trailers e reboques fixos e móveis nas ruas do DF.

Os produtos são variados: comidas, bebidas alcoólicas, roupas e serviços de todo tipo podem ser encontrados à venda em grandes estruturas de alvenaria, tendas de plástico ou no portamalas de um carro. Em julho, a Administração Regional de Brasília convocou os donos de quiosques, reboques e similares para um cadastramento, que contabilizou 243 estabelecimentos.

Cerca de 180 comerciantes não foram incluídos na lista porque não apresentaram a documentação atualizada. Muitos deles têm permissões vencidas e não podem renová-las. No Plano Piloto, a maior concentração de quiosques está nos setores Comercial Sul, bancários e hospitalares, e próximo a faculdades. Longe dali, Taguatinga, Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Sudoeste e margens de rodovias são os pontos mais afetados.

No SIA, os 160 proprietários de quiosques foram cadastrados pela administração regional em

julho. Lá, funcionam como restaurante e lanchonete para os cerca de 80 mil trabalhadores do setor e ocupam o canteiro central entre os trechos. A maioria tem estrutura de madeira e alvenaria e expansões na calçada, onde ficam as mesas e cadeiras. Alguns atendem a média de 2 mil pessoas por dia.

Os quiosques do SIA deviam cerca de R\$ 1 milhão de taxas de fiscalização e ocupação. Desde então, começaram a pagar a dívida e estão proibidos de construir na área do comércio. Os estabelecimentos que não eram usados como lanchonetes — alguns serviam de moradia e casa de prostituição — foram interditados. “Todos estão sem alvará, mas estão cumprindo regras da ordem de serviço que estipula horário de fechamento,

limpeza interna e externa, e venda só de cerveja”, afirmou o administrador regional do SIA, Leônicio Carneiro.

Norma contestada

Desde março de 2005, as administrações regionais estão impedidas de emitir autorização para quiosques e trailers. Na época, o Tribunal de Contas do DF determinou que o governo local evitasse a aplicação da Lei Distrital 3.313, de 2004, que permite o uso de área pública para instalação das bancas sem licitação. A constitucionalidade da lei era questionada desde 2004 pelo Ministério Público do DF porque contraria a Lei Orgânica do DF e a Lei de Licitações. Até hoje, não há legislação para regulamentar o funcionamento dos quiosques.

Muitos comerciantes sabem que não têm autorização, mas alegam falta de espaços acessíveis. Geraldo de Oliveira, 44 anos, é dono de uma banca de caldo-de-cana e lanches ao lado de uma parada de ônibus na 716 Sul. No local há 32 anos, acredita que um dia conseguirá regularizar. “Quero continuar aqui, mas legalizado. Eu defendo uma fiscalização para nos orientar, mas não para fechar o comércio.” No início do ano, Geraldo recebeu uma multa de R\$ 700, mas não abandonou o ponto. “Esse é meu meio de sobrevivência, levei anos para fazer a freguesia”, justificou.

A Subsecretaria de Fiscalização (Sufis) concentra os esforços nos quiosques que incomodam a população, como os que vendem bebidas alcoólicas ou ficam abertos até a madrugada. “A orientação é interditar os que estão dando problema. Estamos esperando a definição de uma lei sobre isso para proceder com os outros”, explicou o assessor da Diretoria de Fiscalização de Atividades Econômicas da Sufis, Francinaldo Oliveira.

REGRAS A CUMPRIR

Mesmo sem autorização para funcionar, os quiosques, trailers e carocinhas de alimentos e bebidas são orientados a seguir normas estabelecidas pelas administrações regionais.

- Não funcionar após as 22h.
- Não usar som alto, para não incomodar os moradores da vizinhança.
- Não comercializar outras bebidas alcoólicas além da cerveja.
- Estar com as contas em dia. Eles precisam pagar duas taxas para manter o negócio aberto. A taxa de fiscalização, paga por mês à Sufis, varia entre R\$ 100 e R\$ 320, conforme a localização. O preço público (taxa de ocupação) é pago uma vez por ano à administração regional e custa cerca de R\$ 24 por metro quadrado ocupado.

